

---

# PROGRAMA VILAS RURAIS: POLÍTICA PÚBLICA DE FIXAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAMPO ?

Alice Yatiyo Asari<sup>1</sup>  
Helena M. Cabelo Muniz<sup>2</sup>  
Miriam Dantas Rosa<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho visa realizar um estudo sobre o processo de migração interna, bem como o papel dos Governos Nacional e Estadual. O objeto de estudo foi a Vila Rural Belmiro Golvea, localizada no Município de São Sebastião da Amoreira – PR. Além disso, analisou-se a contribuição do Programa Vilas Rurais na fixação da população rural trabalhadora e sua atuação na solução dos problemas habitacionais. Outro fato que também foi objeto de análise é inerente à trajetória de vida dos moradores da referida Vila Rural e os fatores que levaram a esses deslocamentos, decorrentes das transformações do campo, que se intensificaram após os anos 70.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vila Rural, migração, modernização do campo, habitação popular.

## INTRODUÇÃO

Para o Governo do Paraná, as pessoas vêm em primeiro lugar [...] De nada adianta o Paraná ser o maior produtor de grãos se existem cerca de 450 mil trabalhadores rurais volantes (bóias-frias) passando todo tipo de necessidade [...] Criar um chão para o trabalhador rural volante voltar a ter suas raízes na terra, segurar com dignidade o homem no campo e assegurar trabalho para todo o ano. Estes são os principais objetivos do programa de habitação rural: Vilas Rurais. Com ele, o Governo do Paraná quer prevenir o êxodo rural e o conseqüente crescimento desordenado das médias e grandes cidades do Estado. (PARANÁ, s/d, p. 3)

O presente trabalho buscou analisar a ação do Programa Vilas Rurais enquanto política de fixação da população rural trabalhadora no campo.

Assim, fez-se um estudo do processo de migração interna brasileira e das políticas públicas migratórias adotadas em escala nacional e estadual, tomando como objeto de estudo a população da Vila Rural Belmiro Golvea, situada em São Sebastião da Amoreira – PR.

Através do levantamento da trajetória de vida dessa população e dos fatores que motivaram seus

deslocamentos, procurou-se compreender: as razões da sua participação no Programa Vilas Rurais, a medida da significância deste para a melhoria da qualidade de vida e fixação desses trabalhadores no campo.

Para a consecução desta pesquisa foram realizados: trabalhos de campo, que consistiram em entrevistas com moradores e com o presidente da Associação dos Moradores, trabalhos de gabinete, que constaram de leituras, fichamentos, discussão dos temas em estudo e sistematização dos dados coletados.

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÕES

A importância das políticas migratórias é facilmente visualizada numa análise histórica do desenvolvimento brasileiro. Observe-se que o Estado, em decorrência de mudanças na concepção do seu papel na vida da nação, apresenta participações diferenciadas em distintos momentos históricos, através de políticas implícitas e explícitas (MARTINE, 1994). Foi o que ocorreu no Brasil, no período entre 1930 e 1950, quando o Estado operou em dois sentidos opostos: numa política explícita de abertura de novas fronteiras e ocupação do interior e, ao mesmo tempo, numa política implícita, que promovia concentração, através de incentivos à

---

<sup>1</sup> Professora do Depto de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, yasari@ldapalm.com.br.

<sup>2</sup> Bolsista de Iniciação Científica, CPG-UEL, Universidade Estadual de Londrina, Depto de Geociências, helmacam@hotmai.com.

<sup>3</sup> Bolsista de Iniciação Científica, CNPq – Balcão, Universidade Estadual de Londrina, Depto de Geociências, miriamgeo@hotmai.com.

industrialização, beneficiando o eixo Rio-São Paulo.

A partir daí, sua intervenção tornou-se mais implícita, com a manipulação de incentivos setoriais e regionais favorecendo ainda mais a industrialização e o centro-sul.

Entre 1950 e 1980, os fluxos migratórios vinculavam-se à expansão das fronteiras agrícolas (CAMARA, 1988). Esse processo exercia duas funções básicas: servia como válvula de escape para as tensões geradas em áreas de agricultura tradicional e permitiria o incremento da produção agrícola, sem alterar as bases tecnológicas da estrutura dominante (MARTINE, 1994). O discurso governamental destacava agora a presença de grande excedente populacional no interior do país, que se alternava com grandes espaços geográficos vazios. As migrações internas supririam, assim, ambas as necessidades, harmonizando os problemas das regiões superpovoadas com as carentes de braços. Era também um mecanismo de controle político e social, aliviando a pressão que os camponeses exerciam sobre os latifundiários nordestinos, aliando sua insatisfação a uma maior organização. (VAINER, 2000)

Ao mesmo tempo, assistia-se ao processo de industrialização no campo, com subordinação da agricultura à tecnologia, o que contribuiu para a saída da população rural em direção às cidades, pois em 1940 a população urbana representava 31% da população, em 1950, 36% e, em 1960, 45% da população residia nas cidades. (VAINER, 2000)

Segundo Martine (1994), esse fenômeno foi provocado pelo êxodo maciço de trabalhadores do campo, nas décadas de 1960 e 1970, estimando-se que 13 milhões de pessoas tenham migrado na década de 1960 e quase 16 milhões na de 1970.

A modernização agrícola veio incentivar a concentração da propriedade e do uso da terra, o que desapropriou pequenos proprietários, posseiros e arrendatários, justamente a parcela que fazia uso mais intensivo de mão-de-obra. A mecanização reduziu a necessidade de mão-de-obra, ocorrendo o excedente de trabalhadores no campo e incentivando a migração para áreas urbanas.

Esse processo afetou sobretudo a região sudeste e também o Estado do Paraná, conforme será analisado posteriormente.

Na década de 1970 foi criado o Ministério do Interior, com o objetivo de tratar da ocupação do território, da fixação da população e das migrações internas. O censo de 1970 mostra o superpovoamento das cidades e a necessidade da distribuição equilibrada da população, com o desenvolvimento de cidades médias, através de um projeto de racionalização demográfica do território.

A necessidade de ocupar as fronteiras e reduzir o fluxo em direção às cidades, favorecendo a descentralização das atividades econômicas, justificava o projeto. Objetivava-se coletar informações de maneira permanente, analisar tais informações e passá-las aos órgãos competentes, que iriam utilizá-las para a tomada de decisões que conduzissem à ordenança do fluxo migratório.

Durante a década de 1980 houve redução no ritmo de crescimento urbano, embora tenha havido um aumento no número de cidades com mais de 20 mil habitantes, que passaram de 383 para 560 entre 1980 e 1991. Esse arrefecimento explica-se por vários fatores, tais como a desconcentração industrial, já que as indústrias tendem a migrar para cidades menores, onde recebem maiores subsídios e a mão-de-obra é mais barata.

As intervenções econômicas influenciaram na concentração multifacetada de terra, de renda e de produção. O governo adotou medidas, visando ordenar o fluxo migratório, que abrangia áreas de desenvolvimento regional, onde foram criados organismos de planejamento e integração, que objetivaram diminuir as disparidades entre regiões ricas e pobres, assim como a migração. Ao analisar a atual política brasileira sobre a questão migratória pode-se perceber que há, claramente, o favorecimento à não concentração e atuação contra a própria mobilidade.

A responsabilidade pelas ações nas áreas de migração interna, radicação de população e ocupação de território coube ao antigo Ministério do Interior, sob a forma de ajuda e orientação a migrantes carentes, de mediação dos principais fluxos migratórios do país e realização de estudos visando a orientar e definir uma política mais ampla do governo. Neste período cerca de 40 milhões de pessoas, um terço da população, foram consideradas migrantes. Embora todos os estratos estejam representados nesse contingente, o migrante típico e objeto de atenção do Estado é proveniente das camadas mais carentes da população. A intensidade, direção e características do fluxo migratório refletem a distribuição espacial e socialmente desigual das atividades produtivas e do emprego da renda nacional. (BRASIL, 1980)

A migração tornou-se preocupação do governo pelo fato de existir no país grande número de pessoas com sub-emprego e sub-renda, tanto no meio rural quanto no urbano, e os movimentos migratórios operavam como meros deslocamentos espaciais de pobreza. O principal desafio do governo era melhorar a qualidade de vida das populações em seu lugar original e evitar que migrassem à procura de melhores oportunidades, através do aumento de empregos, elevação de renda e melhor

distribuição espacial das atividades produtivas, o que seria feito através do Programa de Migrações Internas.

São apresentadas aqui, a título de exemplo, algumas das estratégias consideradas pelo Estado:

- promover a descentralização dos investimentos de algumas regiões, em especial a Sudeste;

- promover a expansão da fronteira agrícola, que absorveria o excedente rural que se constitui em grande parcela da população migrante para a cidade, além de contribuir para a dinamização da economia;

- promover a fixação produtiva dos trabalhadores rurais assalariados, através de ações destinadas a promover sua sindicalização e intensificar a fiscalização da legislação trabalhista, de forma a assegurar o cumprimento de seus direitos. Também valorizar-se-ia as pequenas propriedades em torno das cidades, de modo a formar um cinturão verde, que absorveria contingentes significativos de trabalhadores e baratearia o custo dos hortifrutigranjeiros.

Nota-se que esta última estratégia apresenta semelhanças com o Programa Vilas Rurais, objeto de pesquisa empírica do presente trabalho

Há que se ressaltar ainda que na década de 1990 o conceito de população como recurso cede lugar ao conceito de população como ônus, sinalizado pela transferência, durante o governo Collor, das migrações internas do âmbito do Ministério do Interior para o Ministério da Ação Social.

Pode-se afirmar, sem qualquer retórica ou eufemismo, que na nova era que se anuncia, a população excedentária passa a ser percebida como um verdadeiro obstáculo à ocupação do território. Não se trata mais de levá-las ao trabalho e produtivizá-las: trata-se isso sim de liberar o espaço de uma população que o ocupa improdutivamente. (VAINER, 2000, p. 28)

Na opinião do referido autor, não deixa de ser paradoxal que um Estado que até a metade do século XX esteve ocupado em preencher vazios territoriais e do mercado de trabalho através da migração, depare-se hoje com um excedente populacional, incômodo e ameaçador à ordem estabelecida. Essa massa enfrenta uma política de segregação pautada nas condições econômicas do indivíduo, numa tentativa de excluí-lo da sociedade. O Estado, em seu suposto papel de responsável por assegurar o bem-estar da comunidade sob sua jurisdição, oferece políticas sociais que são uma espécie de substituto caricato de um projeto nacional de desenvolvimento, que há muito tempo deixou de ser prioridade das elites dominantes.

Hoje, a participação do Estado justifica-se apenas pelas políticas compensatórias e assistenciais, em relação aos migrantes.

No que se refere ao Estado do Paraná, este passou por grandes transformações no campo, a partir da década de 1970. A crescente utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais na produção agropecuária alterou substancialmente as relações de produção. As mudanças drásticas na base técnica da economia agrícola estadual implicaram em transformações na estrutura fundiária.

A análise de como estas mudanças ocorreram e como estas refletiram sobre a base técnica e social de produção, parte da instalação de indústrias fornecedoras de equipamentos para a agricultura, a qual para poder utilizar-se dos mesmos teve que passar por transformações em sua base produtiva. (OLIVEIRA, 1999, p. 24)

Ou seja, intensificou-se a produção de culturas que demandavam grandes quantidades de insumos, fertilizantes e maquinários. Dessa forma, as culturas permanentes (principalmente o café) foram gradativamente substituídas pelas culturas temporárias (soja, trigo) e pastagens.

Outro fator que teria contribuído para as mudanças na estrutura fundiária, de acordo com Oliveira, foi a erradicação dos cafezais. Segundo o IPARDES apud Oliveira, (1999, p. 24) a política de erradicação dos cafezais, foi provocada pelas “sucessivas crises de superprodução: o plantio do café na África e na Colômbia, a qualidade do café produzido no Brasil, mais especificamente no Paraná, levaram um desequilíbrio entre oferta e demanda em termos mundiais e nacionais.”

Nesse sentido, as microrregiões que tinham sua base produtiva na cultura do café sofreram as conseqüências destas transformações, principalmente quanto à força de trabalho e às relações de produção.

As transformações na base técnica da produção agropecuária, com maior uso da força mecânica e conseqüentemente concentração fundiária, trouxeram alterações na organização da produção, seja do ponto de vista de maior produtividade, seja da liberação da força de trabalho.

Conforme Fleischfresser (1988), em função das transformações ocorridas (erradicação do café através de programas oficiais, ocorrência de fortes geadas, substituição de culturas como o café pela soja, pelo trigo e pastagens, concentração de terra), a população residente no meio rural do estado apresentou uma violenta redução, pois a região norte, por exemplo, que

em 1970 concentrava mais de 50% da população rural do estado, foi responsável por 89% de evasão da população rural paranaense.

Torna-se evidente que à medida que a produção capitalista se apropria da agricultura, expulsa a mão-de-obra do campo, obrigando-a a deslocar-se em busca de emprego e melhores condições de vida. Desqualificada para trabalhos urbanos, constitui-se numa população de baixa renda, marginalizada, tanto do ponto de vista da moradia, quanto em relação ao acesso aos principais equipamentos urbanos, como saúde e educação.

O aumento cada vez mais significativo desta população nas áreas periféricas das cidades, provavelmente, tende a aumentar as tensões e conflitos sociais na área urbana, tornando-se um dos grandes problemas sociais a ser enfrentado pelos estados.

Com base nesta situação, o Governo do Estado do Paraná criou, em 1995, o Programa Vilas Rurais, como alternativa de melhoria de vida dessa parcela da população, objetivando fazê-la retornar ao campo sem a sua desvinculação total do urbano.

## 2. O PROGRAMA VILAS RURAIS

O Programa Vilas Rurais, iniciativa do governo do Estado do Paraná, implantado a partir de 1995, visa atender as necessidades básicas de moradia e de trabalho dos trabalhadores rurais volantes, os quais se viram expulsos do campo em consequência da sua modernização.

Conforme declaração do Sr. Rafael Dely, Secretário Especial da Política Habitacional e presidente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR),

Se a casa, como a certidão de nascimento, o documento de identidade, a carteira de trabalho e até o emprego, é condição de cidadania para um ser humano, ela é também a única com caráter ilimitado[...]ela deve ser pensada dentro do planejamento global da cidade. Deve posicionar-se no sentido de seu crescimento, como solução de moradia e trabalho. Deve atender os interesses dos moradores por uma moradia mais de acordo com sua dignidade e necessidade cultural. [...] Quando ao morador é assegurado o direito de construir à sua maneira, com liberdade de escolher o seu lote, o projeto de sua preferência, materiais de construção, locais de compra e mão-de-obra que precisar, a casa que surge tem raízes, apego e individualidade.

Por serem construídas em menor tempo, utilizando todo o tipo de material, inclusive usado, são bem mais baratas. Por permitirem a contratação de mão-de-obra, são fantásticas geradoras de empregos no mercado informal

de cada cidade. Cada morador sabendo de antemão qual será sua casa, dedica-se exclusivamente a ela. O resultado é uma melhor tradução do que se pode pretender em termos de respeito à dignidade das famílias de moradores, de democracia para promover a qualidade de vida e de uma cidadania assentada num cenário de casas diversificadas em tipos físicos. (DELY, 2000)

A partir desse ponto de vista, o governo do Estado do Paraná criou, com o Projeto Vilas Rurais, uma possibilidade de dignificar o trabalhador rural volante, concedendo-lhe o direito de efetivar a sua condição de cidadania com a obtenção de casa própria, construída conforme suas aspirações e necessidades e que, neste caso, o fixe no campo, solucionando assim os principais problemas de vida desses trabalhadores: a moradia e o trabalho.

Trata-se de um programa criado pelo governo estadual em parceria com os governos municipais e mais 12 instituições estaduais que interagem na execução das diferentes etapas e ação de implantação das Vilas Rurais e propiciam assessoria às famílias dos trabalhadores rurais volantes.

Compete às prefeituras municipais divulgar o programa na sociedade, adquirir a terra, promover a integração das famílias com a comunidade, conservar as vias públicas da Vila Rural e acompanhar o cumprimento da legislação ambiental. O governo do estado participa com 30% do valor e financia os 70% restantes. A COHAPAR aprova a compra da terra, em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e conduz o processo de financiamento para a compra da terra, acompanhando e orientando a construção das casas, além de realizar a seleção das famílias. Concluída a compra da terra, esta é doada à COHAPAR, responsável pela parte física do programa.

Quanto à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, esta aprova a área em conjunto com a COHAPAR e a SEAB, responsabilizando-se pela elaboração dos estudos acerca do quadro natural, presta assistência técnica e realiza serviços de extensão rural, fornecendo equipamentos por um período de 30 meses.

A SEAB analisa as condições técnicas da área para exploração da terra e elabora projetos de produção deixando para a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA a liberação das áreas, levando em conta a prevenção ambiental e a busca de soluções para a perfuração dos poços, que fornecerão água potável aos vileiros.

A realização de serviços de terraplanagem,

arruamento e trabalhos de mecanização, cabe à Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, enquanto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR - implanta o sistema de abastecimento de água. Já a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL - responsabiliza-se pela instalação da infraestrutura de energia elétrica. É função do Instituto Ambiental do Paraná –IAP - aprovar os projetos para as áreas de preservação e reflorestamento, bem como de utilização de água para a agricultura, além de realizar ações de controle e legislação ambiental.

Quanto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR, participa da seleção dos beneficiários, implanta a infraestrutura social, conforme a necessidade da população, assessora a organização comunitária e cria programas oficiais de assistência social. A preocupação da Secretaria de Estado da Educação – SEED - refere-se à educação formal para todos membros da família.

A Secretaria do Estado do Emprego e Relação do Trabalho – SERT - promove a geração de emprego e intermediação de mão-de-obra, além de estudos e levantamentos sobre o mercado de trabalho. O atendimento à saúde e criação de programas oficiais de saúde são atribuições da Secretaria de Estado da Saúde – SESA. (CELEPAR, 2001)

Ao governo do Estado do Paraná compete a execução do Programa através de suas secretarias e empresas públicas. A participação do governo estadual resume-se no financiamento de 50% do custo de implantação das Vilas Rurais e doação de 25% deste valor a fundo perdido, ficando o restante a cargo dos municípios. O objetivo geral do programa é:

[...] implantar vilas rurais em locais próximos aos centros urbanos do Estado, inclusive distritos e povoados, visando a melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais volantes, mantendo-os no meio rural, e contribuindo desse modo, para o aumento da produção e produtividade do setor agrícola. (OLIVEIRA, 1999, p. 32).

Desta forma, conforme informações da COHAPAR e EMATER, as Vilas Rurais devem situar-se, preferencialmente, próximas a distritos e estradas vicinais, visando proporcionar fácil acesso à escola, à saúde e ao consumo de bens e serviços, como também facilitar a comercialização do excedente da sua produção. O programa considera que a área destinada a cada família

possibilita a produção de alimentos de subsistência como arroz, feijão, milho, produtos olerícolas, batata, mandioca, frutas e criação de pequenos animais como galinhas, porcos e coelhos. A comercialização dos excedentes dessa produção deverá possibilitar um aumento da renda familiar, auxiliando no pagamento das taxas de luz/água, prestação da casa e aquisição de bens domésticos.

Cada Vila Rural possui em média 40 lotes, dependendo do tamanho da área destinada à Vila Rural. São destinados 5000m<sup>2</sup> por unidade familiar, que apresentam infra-estrutura de água, energia elétrica e sistema sanitário e uma casa de alvenaria com 44,56m<sup>2</sup>.

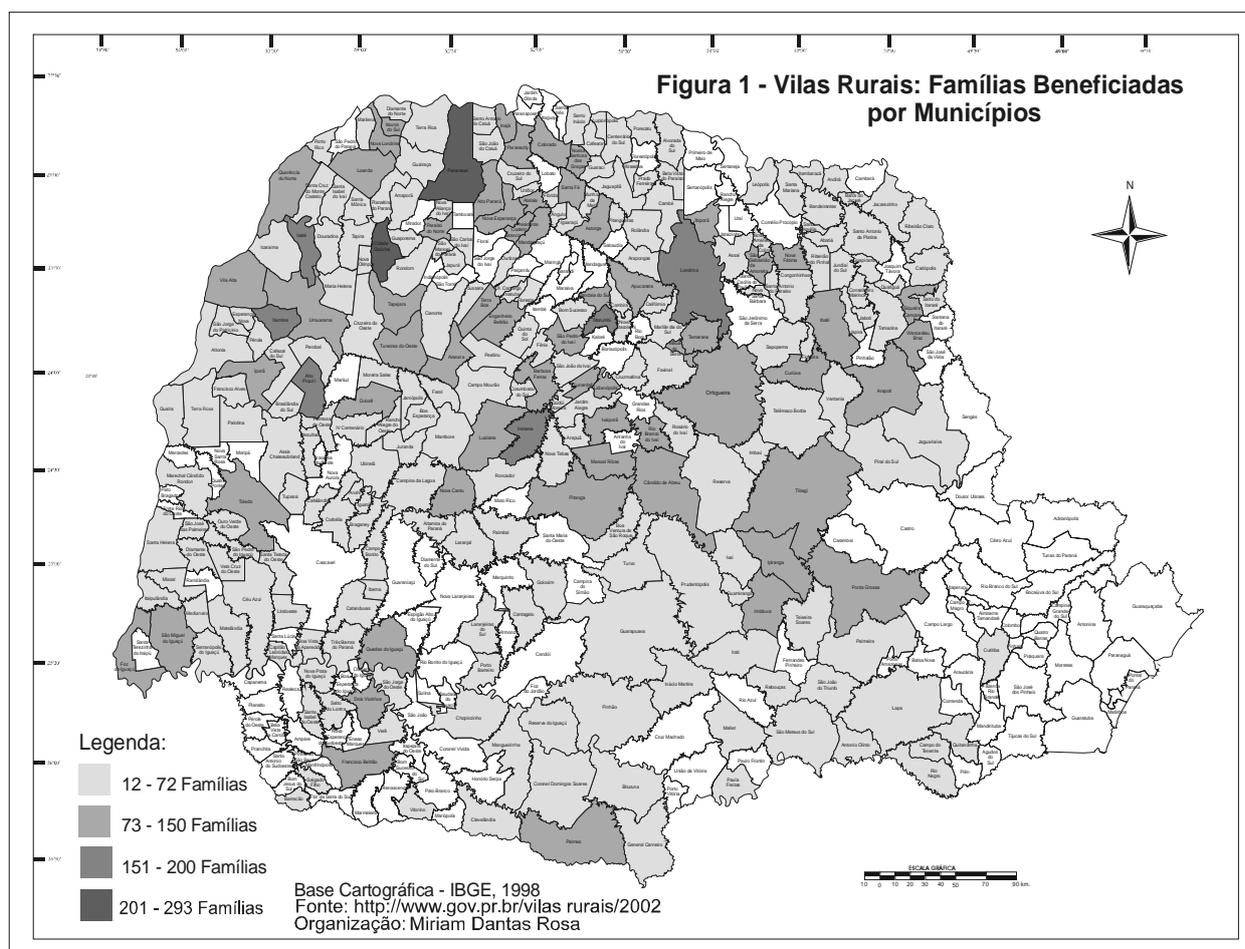
As unidades são financiadas por um período de 25 anos, sendo que nos 30 meses iniciais, ou seja, no período de carência, os moradores pagam apenas taxas simbólicas; após este período, as prestações mensais correspondem a 20% do salário mínimo.

As Vilas Rurais objetivam beneficiar, exclusivamente, os trabalhadores rurais volantes, os quais devem atender os seguintes requisitos: ter experiência agropecuária: ter idade máxima de 55 anos; ser morador do município há dois anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário em áreas rurais; possuir renda familiar de até três salários mínimos mensais; estar morando em sub-habitação e ter família constituída de filhos.

O trabalhador temporário, beneficiário do Programa Vilas Rurais é um produto da modernização da agricultura, conforme define Dutra (1999, p. 29):

A tecnologia avançada, constantemente buscada pelos grandes proprietários, acaba por expelir parte da mão-de-obra utilizada na atividade cafeeira. Esta mão-de-obra excedente, passa então a migrar de uma propriedade a outra, de uma cidade a outra, de um Estado a outro, trabalhando em várias atividades agrícolas, como volantes ou flutuantes, ora na área rural, ora na urbana; são os chamados [bóias-frias].

O governo do Estado do Paraná vem considerando bastante satisfatórios os resultados do Programa, tendo assentado 14.954 famílias em 387 Vilas Rurais, conforme Figura 1. Encontram-se em andamento 18 Vilas Rurais, resultando num total de 15.652 famílias beneficiadas pelo Programa. Desta forma, o mesmo Estado, que através de políticas públicas estimulou a modernização da agricultura, sendo, portanto, agente de expulsão da população do campo, trata agora de promover o seu retorno ao campo.



A Figura 1, que representa o número de famílias beneficiadas, distribuídas por municípios, permite-nos inferir que, dos 399 municípios paranaenses, 267 contam com Vilas Rurais, portanto 67% dos municípios do estado contam com Vilas Rurais. Estas possuem um número variado de famílias, isto é, de 12 a 293 famílias por município. A representação cartográfica permite ainda visualizar a distribuição espacial das Vilas Rurais no Estado, conforme o número de famílias contempladas com o lote de cinco mil metros quadrados e a habitação. O Município de São Sebastião da Amoreira, por exemplo, conta com duas Vilas Rurais, somando 82 famílias.

Com o objetivo de analisar a situação da população beneficiada com o programa Vilas Rurais, foi selecionada como área de pesquisa a Vila Rural Belmiro Golvea, localizada no Município de São Sebastião da Amoreira.

## 2.1 A VILARURAL BELMIRO GOLVEA

A Vila Rural Belmiro Golvea está situada no Município de São Sebastião da Amoreira, na região norte do Estado do Paraná. O Município de São Sebastião da Amoreira limita-se com os municípios de Assaí, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara,

Santa Cecília do Pavão e Santo Antônio do Paraíso. Dista 356 km de Curitiba e sua posição geográfica é de 23° 30' de latitude sul e 50°48' de longitude oeste. (FERREIRA,1959,p.27)

A altitude da sede municipal é de 620m e o clima é subtropical úmido mesotérmico, com verão quente e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração de chuvas nos meses de verão, sem estação seca definitiva. A média de temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C e dos meses mais frios é inferior a 18°C. A extensão territorial é de 229,74Km<sup>2</sup>, e suas principais riquezas naturais são a madeira e a argila.

O povoamento do Município de São Sebastião da Amoreira teve início logo após a criação do Distrito de Assaí (em 20/10/1938) que é elevado a categoria de município em 26/02/1945. Assaí teve origem da Fazenda Três Barras, quando seus proprietários procederam a sua divisão em seções, dando o nome de Amoreira à seção; essa passou a ser conhecida como São Sebastião da Amoreira e logo adquiriu autonomia político-administrativa, além de estabilidade econômica promovida pela expansão das lavouras de café e algodão.

Em 1948 foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, pertencente ao Município de Assaí. Por

Lei Estadual de 14 de novembro de 1951, o Distrito de São Sebastião da Amoreira foi elevado a categoria de município, passando a denominar-se Amoreira, com território desmembrado de Assaí. Sua instalação deu-se em dezembro de 1952. Registre-se que Amoreira provém de uma fruta, espécie de Silva, conhecida pelo nome de amora, que abunda no município. (FERREIRA, 1959)

A Lei Municipal nº 8 de 09 de maio de 1961 determinou que a denominação Amoreira fosse alterada para São Sebastião da Amoreira, que permanece até hoje. Possui uma população de 8.592 de habitantes (no ano de 2000).

É no Município de São Sebastião da Amoreira, a doze quilômetros da cidade e a três do Patrimônio de Alto Alegre, que se encontra a Vila Rural Belmiro Golvea, numa área de declividade média, inaugurada em 1998, com 47 lotes de 5000m<sup>2</sup> cada. A Vila conta com poço artesiano, cuja água, canalizada pela SANEPAR, supre as necessidades da população. Há falta de serviços de saúde e de escolas. Conta com Associação de Moradores, porém não dispõe de sede própria.

A Vila não é servida por transporte público, à exceção do ônibus escolar, cedido pela Prefeitura, que atende os estudantes dos três períodos: matutino, vespertino e noturno. Por falta de alternativas, a população também utiliza esse transporte, disponível

durante o período de aulas. Quanto ao transporte de doentes, é feito por uma ambulância, mantida em caráter permanente na Vila, mediante o pagamento do combustível pelo usuário. O único telefone público existente encontra-se a três quilômetros, no Patrimônio Alto Alegre.

Foram entrevistadas 23 famílias, representando 48,9% do total de unidades habitacionais da Vila Rural.

Com o objetivo de resgatar a trajetória dos entrevistados, a partir de seus locais de origem, buscou-se compreender as causas dos deslocamentos e sua história de vida. Levantou-se um perfil desses moradores, em que se verificou, além de sua origem e deslocamentos, o seu nível de escolaridade, por sexo e idade, como também avaliar seu nível sócio-econômico a partir dos seus bens e equipamentos.

Constatou-se um nível elevado de crianças de 0 a 14 anos, que representam 46,9% do total da população, quase a metade da população analisada.

A maior parte da população adulta acha-se na faixa de idade entre 30 e 44 anos, justificada pela idade limite para obtenção do lote: 55 anos; são famílias constituídas e com filhos, o que explica o elevado percentual de crianças e o razoável equilíbrio entre os sexos masculino/feminino entre a população adulta. (Tab. 1)

**Tabela 1: Perfil da População da Vila Rural**

| Faixa etária | Homens    | Mulheres  | %          |
|--------------|-----------|-----------|------------|
| 00 - 09      | 2         | 15        | 14,9       |
| 05 - 09      | 16        | 4         | 17,5       |
| 10 - 14      | 10        | 7         | 14,9       |
| 15 - 19      | 3         | 4         | 6,2        |
| 20 - 24      | 4         | 3         | 6,2        |
| 25 - 29      | 1         | 3         | 3,5        |
| 30 - 34      | 7         | 4         | 9,6        |
| 35 - 39      | 7         | 6         | 11,3       |
| 40 - 44      | 4         | 5         | 7,9        |
| 45 - 49      | 3         | 1         | 3,5        |
| 50 - 54      | 0         | 1         | 0,9        |
| 55 - 59      | 2         | 0         | 1,8        |
| 60 - 64      | 0         | 1         | 0,9        |
| 65 - 69      | 0         | 1         | 0,9        |
| 70 ou mais   | 0         | 0         | 0,0        |
| <b>Total</b> | <b>59</b> | <b>56</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

**Tabela 2: Origem da População da Vila Rural**

| Local de nascimento    | N °        | %          |
|------------------------|------------|------------|
| Estado Paraná          | 96         | 83,5       |
| Estados do NE (PE, CE) | 3          | 2,6        |
| Estados do SE (SP, MG) | 11         | 9,6        |
| Sem informação         | 5          | 4,3        |
| <b>Total</b>           | <b>115</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea São Sebastião da Amoreira - 2001.

A análise da população por sua origem demonstra que a grande maioria dos moradores entrevistados é natural do Paraná (83,5%), embora haja pequena incidência de migrantes do Nordeste (2,6%) e, do Sudeste (São Paulo e Minas Gerais – 9,6%) (Tab. 2).

Conforme discussão anterior sobre o processo migratório, o intenso processo de industrialização da década de 1950 e a crise rural geraram grande parte dos fluxos internos e interregionais, afugentando os trabalhadores do campo, em busca de outras fontes de trabalho. No entanto, não o encontrando ou não se adaptando à cidade, sem outra opção, esses trabalhadores acabam sendo atraídos por Programas Governamentais, tais como o Programa Vilas Rurais, que significa para eles, uma esperança de (re)vivenciar a vida no campo, com melhoria na qualidade de vida.

Foram analisados os deslocamentos dos entrevistados, com o objetivo de verificar a trajetória de vida desses moradores e os motivos que os levaram a movimentar-se.

Entrevistado 1: sexo feminino, idade: 37 anos, casada.

Nasceu em Jundiá do Sul –PR. Aos oito anos já ajudava na roça quando se mudou para Joaquim Távora-PR, acompanhando os pais. Permaneceu no município por três anos, ainda ajudando na roça, transferindo-se para Ribeirão do Pinhal-PR, em companhia dos pais, onde permaneceu por cinco anos, trabalhando na limpeza dos “mangueirões” (locais de criação de animais). Retornou para Jundiá do Sul, onde permaneceu por quatro anos trabalhando como doméstica, ainda acompanhando os pais. O motivo das mudanças, segundo a entrevistada, era a busca por melhores condições de trabalho. Retornou a Joaquim Távora ao casar-se, passando a trabalhar numa granja, mudando-se um ano depois para Santa Cecília do Pavão - PR, em companhia do marido; aí permaneceu por quatro anos, dedicando-se, a partir de então, somente aos serviços domésticos. Sempre acompanhando o marido, e em busca de melhores condições de vida e trabalho, mudou-se para Ribeirão do Pinhal e, após quatro

anos, para Santa Cecília do Pavão, permanecendo por sete anos, transferindo-se em seguida para a Vila Rural, onde vive há um ano. Ao longo de 37 anos, a entrevistada deslocou-se oito vezes, ora acompanhando os pais ora o marido, em busca de melhoria para suas vidas, mudando de função por cinco vezes. Nunca residiu na zona urbana. O casal tem quatro filhos, todos menores de 14 anos. O perfil apresentado está de acordo com o exigido para a participação no Programa.

Entrevistado 2: Sexo masculino, idade 23 anos, nasceu em São Jerônimo da Serra - PR, de onde mudou para São Sebastião da Amoreira, acompanhando os pais. Não soube informar quantos anos permaneceu em São Jerônimo da Serra. Aos nove anos mudou-se com os pais para Mineiros do Tietê – SP, onde permaneceu por 13 anos, trabalhando na colheita de laranja, como “bóia fria”. Mudou-se para a cidade de Cabrália Paulista porque faltava serviço. Lá trabalhou como pedreiro durante um ano. Voltou para São Sebastião da Amoreira porque ganhava pouco e porque desejava estar próximo de sua família, onde morou por dois meses, na cidade, trabalhando como pedreiro. Foi para Tamarana tentar obter uma casa na Vila Rural, mas não conseguiu, voltando após cinco dias. Mora com os pais na Vila Rural há três meses e trabalha como pedreiro em São Sebastião da Amoreira. Em 23 anos, o entrevistado deslocou-se por seis vezes, chegando a sair do estado em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Saiu da zona rural para a zona urbana, trocando a atividade rural pela de pedreiro e está em busca de casa própria. Enquanto não consegue sua própria moradia optou por viver em companhia dos pais na Vila Rural, pois não tem condições financeiras suficientes para arcar com as despesas de aluguel de casa e também sustentar a família. O entrevistado tem uma filha de um ano de idade.

A análise desses dois casos, extraídos aleatoriamente do total dos entrevistados, demonstra a necessidade de deslocamento que esses trabalhadores enfrentam, em busca de trabalho e de melhores condições de vida e como são mal sucedidos nesta empreitada.

Conseguir moradia própria e o sustento da família são as principais preocupações do trabalhador, visto que:

[...] o modelo de modernização agrícola adotado veio a beneficiar, de formas complementares, a concentração da propriedade e do uso da terra. Paralelamente, os subsídios incentivaram a mecanização, e por consequência, a redução da necessidade de mão-de-obra. A ação conjunta destes dois fatores teve um efeito explosivo sobre a migração rural urbana. (MARTINE, 1994, p.48)

Portanto, essa modernização necessitava de injeção de recursos financeiros. Porém, grande parte dos pequenos produtores acabaram vendendo suas propriedades, pois não receberam seus subsídios sendo penalizados por uma vida “dura”, de perdas e insatisfações, terminando por incrementar os crescentes índices de migração e de sub-emprego (a partir dos anos 1960).

Quanto ao nível de escolaridade da população analisada percebe-se que a maior incidência está no nível fundamental, sobretudo na faixa compreendida entre a 1ª e 4ª séries, seguida pela faixa que compreende a 5ª até a 8ª série, também do ensino fundamental. O percentual de população com nível de escolaridade do ensino médio é inferior ao número de analfabetos.

É interessante notar que a maior parte da população pesquisada é escolarizada, sendo que 21,7% do total da população são crianças de idade inferior a sete anos de idade, início da formação escolar no Brasil (Tab. 3).

**Tabela 3: Escolaridade da População da Vila Rural**

| Níveis                      | N °        | %          |
|-----------------------------|------------|------------|
| Analfabeto                  | 15         | 13,04      |
| 1ª a 4ª Série               | 36         | 31,30      |
| 5ª a 8ª Série               | 27         | 23,50      |
| Ensino Médio                | 10         | 8,70       |
| Não respondeu               | 2          | 1,74       |
| Não se aplica (- de 7 anos) | 25         | 21,72      |
| <b>Total</b>                | <b>115</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Quanto aos bens e equipamentos relacionados, percebe-se a importância do fogão para essa população, indispensável para o processamento dos alimentos e

presente em todas as unidades entrevistadas. A TV é o segundo item mais freqüente, seguido de perto pelo aparelho de som, que aparece em 3º lugar. A geladeira aparece somente em 4º lugar. É bom lembrar que há um destaque para o rádio, talvez como forma de se sentirem integrados ao restante do mundo, ou mesmo de suprir a falta de entretenimento, diversão e lazer, inexistentes na Vila Rural.

A presença de automóveis (30,4%), bicicletas (11%), motos (3%) e caminhões (3,6%) demonstra que boa parte da população entrevistada dispõe de meios próprios de locomoção, o que compensa, em certo grau, a falta de transporte coletivo, sobretudo em épocas de férias escolares.

A análise da Tabela 4 evidencia que um alto índice de moradores possui apenas os bens considerados indispensáveis ao uso doméstico como: fogão, geladeira e bens considerados como fatores de ligação com o restante do mundo, ou ainda como substitutivos do lazer.

**Tabela 4: Bens e Equipamentos Existentes**

| Tipos       | N ° | %     |
|-------------|-----|-------|
| Fogão       | 23  | 100,0 |
| TV          | 20  | 87,0  |
| Som         | 19  | 82,3  |
| Geladeira   | 18  | 78,2  |
| Bicicleta   | 11  | 47,8  |
| Carro       | 7   | 30,4  |
| Motocicleta | 3   | 13,0  |
| Carroça     | 1   | 4,3   |
| Trator      | 1   | 3,6   |
| Caminhão    | 1   | 3,6   |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

OBS: Respostas Múltiplas, base de cálculo 23 proprietários

Obter terra e casa própria é o fator considerado de maior importância para o ingresso no programa Vilas

Rurais, representando 47,8% do total de razões indicadas pelos entrevistados. Outros motivos relevantes foram: o desejo de voltar ao campo (17,4%), a necessidade de sair da propriedade em que estavam (13%) e o fato de morar em casa alugada (8,7%), que na

verdade reportam à necessidade de moradia, motivo já apresentado anteriormente. Desta forma, percebe-se que a necessidade da casa própria é que induz o trabalhador rural volante a inscrever-se no Programa Vilas Rurais (conforme Tabela 5).

**Tabela 5: Razões do Ingresso no Programa Vilas Rurais**

| Motivos                           | N °       | %          |
|-----------------------------------|-----------|------------|
| A casa e a terra que será própria | 11        | 47,8       |
| Porque queria voltar para o campo | 4         | 17,4       |
| Tiveram que sair da propriedade   | 3         | 13,0       |
| Morava em casa alugada            | 2         | 8,7        |
| Queria melhorias para a família   | 1         | 4,4        |
| Incentivos da família             | 1         | 4,4        |
| Morava próximo da Vila Rural      | 1         | 4,3        |
| <b>Total</b>                      | <b>23</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Consultados sobre o recebimento de incentivos do Governo, 47,8% dos entrevistados responderam afirmativamente, enquanto 39,1% informaram não ter recebido incentivos; 8,7% nada sabem a respeito, enquanto 4,4% acham que o Governo fez muito pouco por eles. (Tab. 6).

**Tabela 6: Recebimento de Incentivos do Governo**

| Alternativas    | N °       | %          |
|-----------------|-----------|------------|
| Sim             | 11        | 47,8       |
| Não recebeu     | 9         | 39,1       |
| Não sabe        | 2         | 8,7        |
| Fez muito pouco | 1         | 4,4        |
| <b>Total</b>    | <b>23</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Uma parcela considerável dessa população (27,3%) acha o próprio lote recebido na Vila Rural um incentivo do Governo, pelo fato de permitir sua volta ao campo, enquanto que, na opinião da maioria (45,4%), os incentivos consistiram de maquinários, telhas, adubos e mudas recebidos para iniciar a produção, quando ingressaram no Programa. Outras declarações foram: receberam incentivo para plantar café ou uva (9,1%), R\$1.000,00 (mil reais) para cada família (9,1%), e 9,1% não especificaram quais foram os incentivos recebidos do governo.

Um fato interessante a ser destacado na análise das tabelas 6 e 7 foi a dificuldade dos moradores em reconhecer e identificar os incentivos governamentais. Enquanto uns consideraram incentivo o material recebido para desenvolver o trabalho na terra, alguns indicaram o valor desses materiais recebidos, outros apresentaram como incentivo o apoio técnico com as indicações do melhor tipo de plantio. Houve quem considerasse a terra como o incentivo recebido, ou seja, o próprio Programa Vilas Rurais.

**Tabela 7: Tipos de incentivos recebidos do governo**

| Classificação                          | N °       | %          |
|--|-----------|------------|
| Maquinários, telhas, adubos, mudas     | 5         | 45,4       |
| Terra, porque pôde voltar para o campo | 3         | 27,3       |
| Incentivo para plantar café ou uva     | 1         | 9,1        |
| R\$ 1000,00 para cada família          | 1         | 9,1        |
| Não especificou                        | 1         | 9,1        |
| <b>Total</b>                           | <b>11</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Ora, se o Programa oferece casa e terreno para que o trabalhador rural volante possa habitá-lo, exige que esse trabalhador tenha uma renda máxima de 03 salários mínimos mensais e família constituída para poder ser selecionado. Ou seja, que não disponha dos recursos necessários para produzir, então, é necessário que o Governo lhe forneça essa ajuda para que ocorra a produção, viabilizada pelo Programa. Logo, se o Programa é o incentivo, não existiu qualquer outro incentivo por parte do Governo aos moradores.

Não obstante, a produção da Vila Rural é bastante diversificada, tendo sido relacionados 30 produtos diferentes, sendo os principais o feijão, o milho, a abóbora, as verduras e a mandioca, além do arroz e do café (Tabela 8).

**Tabela 8: Produtos cultivados na Vila Rural**

| Produtos                  | N ° | %    |
|---------------------------|-----|------|
| Feijão                    | 17  | 73,9 |
| Milho                     | 12  | 52,1 |
| Abóbora                   | 11  | 47,8 |
| Horta (verduras em geral) | 10  | 43,5 |
| Mandioca                  | 10  | 43,5 |
| Café                      | 5   | 21,7 |
| Arroz                     | 5   | 21,7 |
| Banana                    | 4   | 17,4 |
| Pêssego                   | 3   | 13,0 |
| Alho                      | 2   | 8,7  |
| Uva                       | 2   | 8,7  |
| Algodão                   | 2   | 8,7  |
| Mamona                    | 2   | 8,7  |
| Pimenta                   | 2   | 8,7  |
| Tomate                    | 2   | 8,7  |
| Laranja                   | 2   | 8,7  |
| Pepino                    | 2   | 8,7  |
| Quiabo                    | 2   | 8,7  |
| Amendoim                  | 1   | 4,3  |
| Romã                      | 1   | 4,3  |
| Abacate                   | 1   | 4,3  |
| Vagem                     | 1   | 4,3  |
| Ponkã                     | 1   | 4,3  |
| Flores                    | 1   | 4,3  |
| Kinkã                     | 1   | 4,3  |
| Inhame                    | 1   | 4,3  |
| Palmito                   | 1   | 4,3  |
| Trigo                     | 1   | 4,3  |
| Manga                     | 1   | 4,3  |
| Cana-de-açúcar            | 1   | 4,3  |

Obs.: Respostas múltiplas, base de cálculo = 23 proprietários.

Apenas 11 produtores comercializam parte da produção. Os demais, dos 23 entrevistados, produzem apenas para consumo próprio (Tabela 9).

**Tabela 9: Destino da produção da Vila Rural**

| Destino      | N °       | %          |
|--------------|-----------|------------|
| Venda        | 11        | 47,8       |
| Consumo      | 12        | 52,2       |
| <b>Total</b> | <b>23</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Nas entrevistas comentou-se sobre a dificuldade de transportar os produtos até a cidade para a comercialização.

Outro problema observado foi o excesso de produção de abóboras que não foi comercializado, devido ao baixo preço, que não compensava o transporte.

Ao opinar sobre as Vilas Rurais, 65,2% dos entrevistados consideraram que há falhas no Programa, enquanto que 34,8% acham que o Programa não apresenta falhas (conforme Tabela 10).

**Tabela 10: Opinião sobre as Vilas Rurais**

| Alternativas              | N °       | %          |
|---------------------------|-----------|------------|
| Há falhas no Programa     | 15        | 65,2       |
| Não há falhas no Programa | 8         | 34,8       |
| <b>Total</b>              | <b>23</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Entre as falhas apresentadas estão a falta de incentivos prometidos pelo Governo (17,4%); a existência de vileiros ilegais, conforme informações do

técnico da EMATER, é um dos motivos que impedem a obtenção de incentivos do Governo, pois uma das condições exigidas para o recebimento de recursos é a regularização das Vilas Rurais. Esta Vila Rural conta com casas desocupadas, pois alguns moradores desistiram do projeto abandonando as casas e parte delas foram ocupadas ilegalmente por outras pessoas. Enquanto a situação não for regularizada, a Vila não poderá ter acesso aos incentivos.

Consultados sobre a existência da Associação de Moradores, 78,3% da população entrevistada responderam afirmativamente (Tab. 12), enquanto 8,7% afirmaram que não existe Associação e 13% afirmaram não saber; portanto, 21,7% da população pesquisada não tem conhecimento da sua existência.

Percebe-se, portanto, que embora reconheçam a existência da Associação de Moradores, a participação da população é pequena, provavelmente pela inexistência da sede.

Uma das reclamações foi a falta de união entre os moradores para reivindicar melhorias e incentivos. Não seria por falta de um local definitivo para reuniões, onde as pessoas soubessem que encontrariam os

**Tabela 11: Deficiências do Programa Vilas Rurais**

| Tipos de Deficiências                                 | N °       | %          |
|---|-----------|------------|
| Não recebimento de incentivos prometidos pelo governo | 4         | 17,4       |
| Existência de vileiros ilegais                        | 2         | 8,7        |
| Lote deveria ser maior                                | 2         | 8,7        |
| Falta Centro Comunitário                              | 2         | 8,7        |
| Não construção de tulha                               | 1         | 4,3        |
| Associação de moradores não atuante                   | 1         | 4,3        |
| Falta irrigação                                       | 1         | 4,3        |
| Mau uso do dinheiro recebido                          | 1         | 4,3        |
| Falta posto de saúde                                  | 1         | 4,3        |
| Falta asfalto   | 1         | 4,3        |
| Falta Assistência da EMATER                           | 1         | 4,3        |
| Falta barracão para guardar ferramentas               | 1         | 4,3        |
| Falta de equipamentos agrícolas                       | 1         | 4,3        |
| Falta de meios para escoar a produção                 | 1         | 4,3        |
| Ação para retirar moradora (pois a situação é ilegal) | 1         | 4,3        |
| <b>Total</b>  | <b>21</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

**Tabela 12: Existência de Associação de Moradores**

| Alternativas | N°<br>pessoas | %          |
|--------------|---------------|------------|
| Sim          | 18            | 78,3       |
| Não          | 2             | 8,7        |
| Não sabe     | 3             | 13,0       |
| <b>Total</b> | <b>23</b>     | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

responsáveis pela Associação e onde pudessem informar-se sobre suas atividades? A falta de uma

sede impede também a socialização dessa população, que já não conta com quaisquer perspectivas de lazer na Vila Rural, onde possam se reunir para espalhar ou discutir os seus problemas (Tabela 13).

**Tabela 13: Atividades Desenvolvidas pela Associação**

| Atividades                     | N°        | %          |
|--------------------------------|-----------|------------|
| Resolver problemas da V. Rural | 7         | 39,0       |
| Não fazem nada                 | 1         | 2,5        |
| Não respondeu                  | 10        | 55,5       |
| <b>Total</b>                   | <b>18</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

Quanto ao futuro da Vila Rural, 39,1% responderam que dependerá do esforço dos próprios

moradores; 21,7% acham que melhoraria se tivesse emprego para todos; 17,4% acreditam que este é um bom programa e 8,7% consideram que o Governo deveria investir ou ajudar mais. Outros julgaram que melhoraria se houvesse transporte, se o valor da prestação da casa diminuísse ou se houvesse fiscalização por parte dos órgãos governamentais; 4,3% consideram que a Vila Rural pode melhorar se plantarem ou se produzirem.

Somente 4,3% dos entrevistados consideram que não vai melhorar porque é inviável, e 4,3%, porque não estão fazendo nada para essa melhoria, enquanto 4,3% dos entrevistados não sabem sobre o futuro da Vila.

É importante observar que, embora a maior parte dos entrevistados julgue importante a participação e o esforço dos moradores para o futuro da Vila, uma outra parcela aponta fatores externos, como a falta de empregos para todos, a falta de incentivos do Governo, de transporte e de fiscalização como empecilho para o desenvolvimento da Vila (Tab.14).

No entanto, 73,9% da população entrevistada está satisfeita com o Programa, sobretudo pela oportunidade de ter casa e terra para plantar, ou seja, pela possibilidade de morar e produzir no que é seu; 13% estão mais ou menos satisfeitos, enquanto 4,4% não se explicaram a respeito, pois estão em situação irregular (Tab. 15).

**Tabela 14: Opiniões sobre o futuro da Vila Rural**

| Alternativas                                   | N°        | %         |
|--|-----------|-----------|
| Dependerá do esforço dos moradores             | 9         | 39,1      |
| Melhoraria se tivesse emprego para todos       | 5         | 21,7      |
| É um bom programa                              | 4         | 17,4      |
| Governo deveria investir, ajudar mais          | 2         | 8,7       |
| Melhoraria se houvesse transporte              | 1         | 4,3       |
| A prestação deveria ser menor, aí teria futuro | 1         | 4,3       |
| Tem que produzir, plantar                      | 1         | 4,3       |
| Deveria ser mais organizada, mais fiscalizada  | 1         | 4,3       |
| Inviável, porque voltarão para a cidade        | 1         | 4,3       |
| Do jeito que está, continuará igual            | 1         | 4,3       |
| Não sabe                                       | 1         | 4,3       |
| <b>Total</b>                                   | <b>27</b> | <b>--</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

OBS: Respostas Múltiplas, base de cálculo 23 proprietários

**Tabela 15: Satisfação ou não como Programa Vilas Rurais**

| Alternativas                        | Nº        | %          |
|-------------------------------------|-----------|------------|
| Sim, está satisfeito                | 17        | 73,9       |
| Não está satisfeito                 | 2         | 8,7        |
| Está mais ou menos satisfeito       | 3         | 13,0       |
| Não se explica (situação irregular) | 1         | 4,4        |
| <b>Total</b>                        | <b>23</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa "in loco" - Vila Rural Belmiro Golvea em São Sebastião da Amoreira - 2001.

A satisfação da população era previsível, tendo em vista que o principal motivo do ingresso desses trabalhadores no Programa foi o interesse pela moradia e terreno para plantar, necessidade básica que o Programa satisfaz.

É importante salientar que a situação desses moradores, hoje, é bastante diferente da verificada em setembro de 2.000, período posterior à geada, quando toda a plantação foi queimada, tornando a paisagem da Vila Rural desoladora. A produtividade que se observa agora é fruto do esforço desses moradores que ainda não receberam incentivos do Governo, a não ser a orientação técnica da EMATER.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa realizado junto à Vila Rural Belmiro Golvea buscou analisar a trajetória de vida dos habitantes e os fatores que motivaram seus deslocamentos, bem como a atuação do Governo no trabalho de fixação desses trabalhadores, através do Projeto Vilas Rurais. O trabalho possibilitou perceber as conseqüências da tecnificação do campo na trajetória de vida dos trabalhadores rurais.

No caso da Vila Rural estudada, percebe-se facilmente que os deslocamentos são uma necessidade e também funcionam como estratégia de sobrevivência. A expulsão do trabalhador do campo obrigou-o ao sub-emprego nas cidades, trabalho a que não estavam acostumados, obrigados que foram a disputá-lo com os demais habitantes da zona urbana, em condições extremamente desvantajosas: pela falta de instrução, desqualificação para o trabalho urbano e falta de experiência anterior, entre outras.

Sujeitos aos baixos salários, morando em sub-habitações, não conseguiram voltar ao campo. Permaneceram morando nas periferias das cidades e como trabalhadores volantes (bóias-fria), face à imprevisibilidade dos trabalhos sazonais. Desta forma, passaram a deslocar-se por diferentes cidades e campos, que lhes pudessem proporcionar oportunidade de trabalho e/ou moradia.

É o caso de um dos entrevistados analisados,

que viveu de cidade em cidade, em busca de melhores condições de trabalho e cujas esperanças se voltam agora para as Vilas Rurais, as quais oferecem a possibilidade de um local fixo de moradia e, talvez, de subsistência.

O Projeto Vilas Rurais, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná como estratégia de fixação desses trabalhadores no campo e melhoria das suas condições de vida, leva em conta essa necessidade do trabalhador, esse sonho da casa própria e da terra para o plantio.

Como bem coloca Dely (2000), uma casa construída à maneira que o morador deseja, com liberdade de escolha quanto ao local e ao material da sua construção, realmente, poderá proporcionar-lhe dignidade e qualidade de vida. Porém, serão estas as condições efetivamente encontradas nas Vilas Rurais?

Analisando a situação da Vila Rural Belmiro Golvea, constatamos que os terrenos são destinados àqueles que realmente precisam, os que foram espoliados de todos os direitos do cidadão: o direito à moradia e o direito ao trabalho, condições necessárias à manutenção da própria vida.

No entanto, verifica-se que as casas, que deveriam apresentar diversidade em tipos físicos, como afirma Dely, são exatamente iguais para todos, com 44,56m<sup>2</sup> de área e sem divisões internas.

Uma das exigências do Programa Vilas Rurais para a seleção dos candidatos a um lote de terreno é ter família constituída e filhos, o que leva a pensar em família numerosa. De fato, a média das famílias da Vila Rural é de cinco pessoas, o que torna uma casa de 44,56 m<sup>2</sup> um espaço pequeno para abrigá-las, que não oferece a comodidade desejável a um "cidadão digno", como considerado pelo mesmo Dely.

O Projeto Vilas Rurais tem como principal objetivo instalar os moradores em áreas próximas às cidades ou distritos, à beira de rodovias que facilitem o acesso dos moradores aos serviços de saúde e escolas e que possibilitem o escoamento de sua produção.

No caso da Vila Rural estudada, a distância da cidade é relativamente grande, pois a mesma encontra-se aproximadamente a 12km da cidade. O Patrimônio mais próximo está a três quilômetros de distância, mas, segundo os moradores, não há escolas no Patrimônio. Nem mesmo posto médico.

Atendendo à solicitação do Presidente da Associação de Moradores, a Prefeitura local cedeu uma ambulância para o transporte dos doentes, mediante o pagamento do combustível. A Prefeitura mantém também um ônibus para o transporte de estudantes até as escolas, na cidade, que acaba servindo de meio de transporte

para os demais moradores que necessitam deslocar-se até a cidade, seja para compras, comercialização da produção ou para tratamento médico ou dentário.

Um dos moradores reclamou que pretendia fazer uma pequena granja no seu terreno, mas a Empresa que iria financiá-lo desistiu de fazê-lo face à dificuldade de transporte e de acesso à Vila Rural nos dias chuvosos, por tratar-se de estrada não pavimentada.

A situação se agrava no período das férias escolares, quando o ônibus escolar deixa de servir à Vila Rural e os habitantes ficam sem transporte, inclusive para o trabalho, tanto o efetuado nas fazendas da região quanto na cidade.

Justamente por este motivo é que a quantidade de automóveis, bicicletas e motos é relativamente alta na Vila Rural, pois deve compensar a falta de transporte coletivo, que deveria ser fornecido pelo Governo.

A distância da cidade e a falta de transporte penalizam ainda mais essa população por serem fatores que levam à desistência do Programa. Os moradores, cujo acesso ao trabalho é dificultado pela falta de transporte, desistem do Programa e abandonam seus lotes que, por sua vez, são ocupados irregularmente por outras famílias, as quais sonham com a possibilidade da casa própria e que, por motivos diversos, não a conseguiram pelas vias legais. Desta forma, a situação da Vila Rural fica irregular perante o Programa e isso a impede, pelas normas estabelecidas, de receber incentivos do Governo.

A falta de uma sede para a Associação de Moradores é outro problema para as Vilas Rurais, pois dificulta a organização dos moradores e os impede de reivindicar, de forma eficiente, direitos e necessidades, mesmo as mais básicas. Ora, o direito de reivindicar faz parte da condição de cidadania, colocada pelo representante do Governo como objetivo do Programa da casa própria e, no entanto, esses moradores estão tendo sua possibilidade de reivindicação limitada.

Outro direito do cidadão é o lazer que, como já foi discutido no decorrer deste trabalho, não existe nesta Vila Rural.

Felizmente para estes moradores, o seu pequeno lote de terreno é bastante produtivo e, mesmo sem contar com incentivos do Governo, conseguiram uma boa produção. Poderia ser ainda melhor, caso pudessem irrigar seus lotes. Mas, para isso, necessitariam de dinheiro, ou da ajuda do Governo. Antes, porém, devem regularizar a situação da Vila. Precisam também de transporte, que lhes garantam a possibilidade de escoamento da produção e, sobretudo, a possibilidade de manter o trabalho, necessário ao sustento, e que possibilite o pagamento da prestação da casa e da energia

elétrica.

Entretanto, verifica-se que a maior parte dessa população está satisfeita com o Programa, provavelmente porque sua situação anterior era bem pior que a atual. Não é difícil, portanto, para o nosso Governo, contentar com tão pouco uma população tão sofrida.

Levando-se em conta a “legião” de despossuídos dos meios de produção, criada pela modernização da agricultura, a proliferação de Vilas Rurais promovida pelo Governo por todo o Estado do Paraná realmente não provoca qualquer espanto.

As análises realizadas possibilitaram concluir que o conceito de Vila Rural como área geográfica de fixação de trabalhadores rurais, objetivando dar-lhes dignidade e melhorar sua qualidade de vida, não se coaduna com a situação verificada na Vila Rural estudada. O que se constata é a satisfação do trabalhador quanto à moradia, pois quanto à produção agrícola em apenas meio hectare, sem custeio ou financiamento, o programa deixa muito a desejar. Na verdade, o Programa visa sua manutenção e reprodução como trabalhador assalariado porém, mesmo para tanto, não lhe oferece as condições necessárias, sujeitando-o à insegurança do trabalho temporário ou sazonal.

Quanto ao movimento inverso de migração da cidade para a área rural, considera-se que o Programa constitui-se em possibilidades. Contudo, o tamanho do lote, a distância do núcleo urbano, a falta de ações coordenadas dos doze órgãos públicos e a não consolidação da Associação de Moradores são alguns dos fatores que dificultam a concretização das metas estabelecidas pelo Programa Vilas Rurais.

Entre estas, a própria proposta de “ruralidade” das Vilas é contestável visto que, de acordo com a legislação vigente, um módulo fiscal para a região de São Sebastião da Amoreira é de 20 hectares e o fracionamento mínimo permitido é de 3 hectares (INCRA, 2002). A proposta governamental para a solução deste problema é “urbanizar” o lote, incorporando-o à zona urbana. Porém, um lote urbano com tais dimensões ficaria sujeito à cobrança de um valor de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) excessivamente alto para o proprietário. Segundo o Governo, os valores do IPTU seriam diferenciados para esses moradores.

E onde fica a justiça social? Como fica a situação dos trabalhadores urbanos que vivem em habitações sub-humanas, nas favelas e assentamentos urbanos? E aqueles que vivem em conjuntos habitacionais urbanos? Por que não são beneficiados com descontos no IPTU?

Segundo o governo do estado: “com as Vilas Rurais, o homem do campo tem menos motivos para mudar de cidade, diminuindo os cinturões de miséria que

cercam os grandes centros. Nas comunidades formadas com certeza surgirão agricultores que poderão aumentar a oferta de alimentos” (PARANÁ, 2002). Mas será que isso é possível? Sabemos que a valorização de pequenas propriedades em volta das cidades, formando um cinturão verde, objetivando absorver contingentes de mão-de-obra excedente, faz parte da pauta de políticas públicas entretanto, pelo fato do vileiro precisar tirar sua renda do trabalho “fora do lote” não se configuraria ele próprio um trabalhador excedente?

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Geral. Secretaria de Planejamento. *Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas*. Brasília, 1980.

CÂMARA, M. R. G. Migrações Internas: Evolução Teórica e Algumas Evidências Empíricas Para o Caso Brasileiro. *Semina*, v. 9, n. 2, p. 110-116, 1988.

CELEPAR. *Vilas Rurais*. Disponível em <http://www.celepar.br/vilasrurais/html>. Acesso em 01 de Junho de 2001.

COHAPAR. *Vilas Rurais*. Disponível em <http://www.cohapar.br/vilasrurais>. Acesso em 07 de novembro de 1999

DELY, R. *Novos caminhos da habitação*. Disponível em <http://www.pr.gov.br/cohapar/chp01.html>. Acesso em 24 de Novembro de 2000.

DUTRA, E. M. *Transformações no campo e deslocamentos populacionais*. O caso da Vila Rural Nova

Ucrânia. Apucarana. Pr. Londrina, UEL, 1999. (Monografia de Bacharelado em Geografia)

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FLEISCHFRESSER, V. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Liv. Chain: Concitec: Iparde, 1988.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Indicadores Cadastrais*. Disponível em <http://www.mda.gov.br/incra/estrut/snda/cad/indices2.asp>. Acesso em 11 de Abril de 2002.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.11, n.1, p.41-60, 1994.

OLIVEIRA, C. C. de. *Vila Rural João Inocente: a volta ao campo?* Londrina, Universidade Estadual de Londrina. 1999. (Monografia de Bacharelado em Geografia)

PARANÁ (Estado). *Vilas Rurais – Resumo Executivo*. Disponível em <http://www.pr.gov.br/vilasrurais.html>. Acesso em 11 de abril de 2002.

PARANÁ. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. *Bem Morar*. Curitiba, s/d.

VAINER, C. B. Estado e Migração no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, p. 15-44, jan.-abr. 2000.

## Vilas Rurais Program: Public Policies for the Settlement of Working Rural Population?

#### ABSTRACT

This research intends to accomplish a study about the process of internal migration, as well as the roll of governments at the national and state level, having as the object of study the “Vila Rural Belmiro Golvea”, situated in the municipality of São Sebastião da Amoreira, state of Parana. Besides, the Vilas Rurais Program (Vilas Rurais mean Rural Villages), the settlement of the working rural population and its performance for the solution of habitational problems have been analyzed. Another fact wich has been the object for analysis refers to the life trajectory of the residents of previously cited Vila Rural and the factors which leded them to such moving, originated from changings in the country areas, intensified after the 70's.

KEY WORDS: Vila Rural, migration, modernization of the country area, popular habitation.